

"BRASIL: DO CABURAÍ AO CHUÍ" CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE DA VEREADORA BÁRBARA FALCÃO

PROJETO DE LEI Nº /2025.

"DISPÕE **SOBRE IMPLEMENTAÇÃO** DE **AMBIENTES SENSORIAIS** ADAPTADOS NAS ESCOLAS E UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE **PESSOAS** COM **TRANSTORNO** DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, E DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou, e sanciona o seguinte:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Boa Vista, a diretriz para implementação de ambientes sensoriais adaptados em escolas da rede municipal de ensino e em unidades de saúde, voltados ao atendimento e acolhimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

- § 1º Os ambientes sensoriais adaptados terão como finalidade oferecer espaço seguro e adequado para regulação sensorial, minimizando estímulos que possam causar desconforto ou sobrecarga sensorial.
- § 2º As adaptações e características técnicas dos ambientes observarão as normas de acessibilidade, os protocolos de atendimento e as recomendações de órgãos especializados, sem prejuízo de regulamentação pelo Poder Executivo.

Art. 2º São objetivos desta Lei:

- I promover o acolhimento adequado de pessoas com TEA em ambientes escolares e de saúde:
- II reduzir situações de crise e desconforto causadas por estímulos sensoriais



"BRASIL: DO CABURAÍ AO CHUÍ" CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE DA VEREADORA BÁRBARA FALCÃO

excessivos;

- III garantir espaço adaptado para regulação emocional e sensorial;
- IV apoiar famílias e cuidadores durante atendimentos e atividades escolares.
- Art. 3º As diretrizes para implementação incluem:
- I iluminação controlada e confortável;
- II isolamento parcial de ruídos externos;
- III mobiliário seguro e acolhedor;
- IV uso de cores suaves e elementos calmantes;
- V disponibilidade de materiais que auxiliem na autorregulação sensorial, como almofadas, fones abafadores de ruído, objetos táteis, entre outros;
- VI manutenção de higiene e segurança de acordo com normas sanitárias.

Art. 4º O Poder Executivo poderá:

- I elaborar plano de implantação progressiva dos ambientes sensoriais, considerando prioridades e disponibilidade orçamentária;
- II capacitar profissionais da rede escolar e de saúde para uso adequado do espaço;
- III firmar parcerias com instituições especializadas, universidades, organizações da sociedade civil e iniciativa privada para apoio técnico e financeiro;
- IV adaptar espaços existentes sempre que possível, priorizando soluções de baixo custo e alta efetividade.
- Art. 5º A execução das ações previstas nesta Lei fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.
- Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, definindo prazos, etapas e critérios técnicos para implementação dos ambientes sensoriais adaptados.
- Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bárbara Falção

Vereadora de Boa Vista/RR

Palácio João Evangelista Pereira de Melo

Av. Capitão Ene Garcez, nº 1264, Centro Fone: (095)3623-0974 – CEP 69.301-160 – Boa Vista/RR



"BRASIL: DO CABURAÍ AO CHUÍ" CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA GABINETE DA VEREADORA BÁRBARA FALCÃO

JUSTIFICATIVA

Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) podem apresentar hipersensibilidade ou hipossensibilidade sensorial, o que significa que sons, luzes, cores e estímulos diversos podem causar desconforto, ansiedade e até crises.

Ambientes sensoriais adaptados são espaços projetados para proporcionar acolhimento e segurança, permitindo que a pessoa regule seus estímulos e possa retomar suas atividades com mais tranquilidade.

Nas escolas, esses espaços ajudam a prevenir crises, favorecem a inclusão e melhoram a permanência do aluno nas atividades. Nas unidades de saúde, reduzem o estresse durante consultas, exames e procedimentos, tornando o atendimento mais humanizado.

A proposta não gera impacto financeiro imediato e significativo, pois a implementação poderá ser feita de forma gradual, aproveitando espaços e mobiliários existentes, além de permitir parcerias e doações.

Dessa forma, este Projeto de Lei representa um avanço na política de inclusão do Município, fortalecendo o direito das pessoas com TEA a um atendimento digno, seguro e adaptado às suas necessidades.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposta.

Plenário "Estácio Pereira de Melo", Boa Vista/RR, 02 de setembro de 2025.

BÁRBARA FALCÃO

Vereadora de Boa Vista